

# Capítulo 2

## O argumento cosmológico

### O argumento cosmológico tradicional

---

Desde a antiguidade que as pessoas dadas à reflexão procuram justificar as suas crenças religiosas. Talvez a crença mais fundamental que se procurou justificar seja a crença de que Deus existe. Em geral, a tentativa de justificar a crença na existência de Deus começou quer por factos acessíveis tanto a crentes quanto a descrentes, quer por factos que normalmente só são acessíveis aos crentes, como a experiência directa de Deus. Neste capítulo e nos dois seguintes, consideraremos algumas das principais tentativas de justificar a crença em Deus apelando a factos supostamente acessíveis a qualquer pessoa racional, religiosa ou não. Começando por tais factos, teólogos e filósofos desenvolveram argumentos a favor da existência de Deus, argumentos que, segundo eles, provam que Deus existe, sem margem para dúvida razoável.

É comum dividir-se os argumentos a favor da existência de Deus em argumentos *a posteriori* e argumentos *a priori*. Um argumento *a posteriori* depende de um princípio ou premissa que só se pode conhecer através da nossa experiência do mundo. Um argumento *a priori*, por outro lado, assenta supostamente em princípios que se pode conhecer independentemente da nossa experiência do mundo, reflectindo-se apenas neles e compreendendo-os. Dos três principais argumentos a favor da existência de Deus — o argumento cosmológico, o argumento do desígnio e o argumento ontológico — apenas o último é completamente *a priori*. No argumento cosmológico começa-se com factos simples acerca do mundo, como o facto de nele haver coisas cuja existência é causada por outras coisas. No argumento do desígnio o ponto de partida é um facto um pouco mais complicado acerca do mundo, o facto de exhibir ordem e teleologia. No argumento ontológico, contudo, começa-se simplesmente com um conceito de Deus. Neste capítulo consideraremos o argumento cosmológico; nos dois capítulos seguintes examinaremos o argumento ontológico e o argumento do desígnio.

Antes de formularmos o argumento cosmológico em si, vamos ponderar algumas questões bastante gerais acerca do mesmo. Historicamente, remonta aos escritos dos filósofos gregos, Platão e Aristóteles, mas o fundamental no progresso do argumento deu-se nos séculos XIII e XVIII. No século XIII, S. Tomás de Aquino apresentou cinco argumentos distintos a favor da existência de Deus, dos quais os primeiros três são versões do argumento cosmológico.<sup>1</sup> No primeiro, Tomás começa pelo facto de haver coisas no mundo que sofrem mudanças e conclui argumentativamente que tem de haver uma causa última da mudança, que seja ela própria imutável. No segundo,

começa pelo facto de haver coisas no mundo cuja existência é claramente causada por outras coisas e conclui argumentativamente que tem de haver uma causa última de existência, cuja existência seja incausada. No terceiro argumento, Tomás começa pelo facto de haver coisas no mundo que não têm sequer de existir, coisas que existem mas que facilmente imaginamos que poderiam não existir, concluindo argumentativamente que tem de haver um ser que tem de existir, que existe e que não poderia não existir. Poder-se-ia agora objectar que mesmo que os argumentos de Tomás provassem para lá de qualquer dúvida a existência de um modificador imutável, de uma causa incausada e de um ser que não poderia não existir, esses argumentos não conseguem provar a existência do Deus teísta. Pois o Deus teísta, como vimos, é perfeitamente bom, onnipotente, omnisciente e criador do mundo, mas distinto e independente deste. Como sabemos, por exemplo, que o modificador imutável não é malévolo ou ligeiramente ignorante? A resposta a esta objecção é que o argumento cosmológico tem duas partes. Na primeira parte trata-se de provar a existência de um género especial de ser — por exemplo, um ser que não poderia não existir ou um ser que causa mudanças nas outras coisas mas é em si imutável. Na segunda parte do argumento trata-se de provar que o ser especial, cuja existência se estabeleceu na primeira parte, tem, e não pode deixar de ter, as características que formam conjuntamente a ideia teísta de Deus — perfeita bondade, onnipotência, omnisciência e por aí em diante. Isto significa, portanto, que os três argumentos de Tomás são versões diferentes da primeira parte apenas do argumento cosmológico. Com efeito, em secções posteriores da sua *Summa Theologica*, Tomás procura mostrar que o modificador imutável, a causa incausada da existência e o ser que tem de existir são um e o mesmo e que este único ser tem todos os atributos do Deus teísta.

Vimos há pouco que o segundo desenvolvimento fundamental no argumento cosmológico ocorreu no século XVIII, um desenvolvimento que se reflecte nos textos do filósofo alemão Gottfried Leibniz (1646–1716) e especialmente nos textos do teólogo e filósofo inglês Samuel Clarke (1675–1729). Em 1704, Clarke deu uma série de palestras, publicadas mais tarde com o título *A Demonstration of the Being and Attributes of God* [Demonstração da Existência e dos Atributos de Deus]. Estas palestras constituem talvez a apresentação mais completa, persuasiva e cogente que temos do argumento cosmológico. As palestras foram lidas pelo principal filósofo céptico setecentista, David Hume (1711–1776). No seu ataque brilhante à tentativa de justificar a religião no tribunal da razão, os seus *Diálogos Sobre a Religião Natural*, Hume apresentou várias críticas penetrantes aos argumentos de Clarke, críticas que persuadiram muitos filósofos no período moderno a rejeitar o argumento cosmológico. Ao estudar o argumento, centrar-nos-emos em grande medida na sua forma setecentista e procuraremos avaliar os seus pontos fortes e fracos à luz das críticas que Hume e outros lhe fizeram.

A primeira parte do argumento cosmológico na sua formulação setecentista procura provar que há um ser auto-existente. A segunda parte do argumento procura provar que o ser auto-existente é o Deus teísta — ou seja, que tem as características que

vimos constituir os elementos fundamentais da ideia teísta de Deus. Consideraremos sobretudo a primeira parte do argumento, pois é contra a primeira parte que os filósofos, de Hume a Bertrand Russell, têm apresentado objecções muito importantes.

Ao formular a primeira parte do argumento cosmológico vamos usar dois conceitos importantes: o conceito de *ser dependente* e o conceito de *ser auto-existente*. Por *ser dependente* entendemos *um ser cuja existência se explica pela actividade causal de outras coisas*. Recordando a divisão de Anselmo nos três exemplos — «explicado por outro», «explicado por nada» e «explicado por si próprio» — é claro que um ser dependente é um ser cuja existência se explica por outro ser. Por *ser auto-existente* entendemos *um ser cuja existência se explica pela sua própria natureza*. Esta ideia, como vimos no capítulo anterior, é um elemento essencial do conceito teísta de Deus. Mais uma vez, nos termos dos três exemplos de Anselmo, um ser auto-existente é um ser cuja existência se explica por si própria. Munidos destes dois conceitos, o de ser dependente e o de ser auto-existente, podemos agora formular a primeira parte do argumento cosmológico.

1. Todo os ser (que existe ou que já existiu) ou é um ser dependente ou um ser auto-existente.
2. Nem todo o ser pode ser dependente.

Logo,

3. Existe um ser auto-existente.

### *Validade dedutiva*

Antes de olhar criticamente para cada uma das suas premissas, note-se que este argumento é, para usar uma expressão do vocabulário lógico, *dedutivamente válido*. Para saber se um argumento é ou não dedutivamente válido, basta que perguntemos: se as suas premissas forem verdadeiras, a conclusão tem de ser verdadeira? Se a resposta for «sim», o argumento é dedutivamente válido. Se a resposta for «não», o argumento é dedutivamente inválido. Repare-se que a questão da validade de um argumento é inteiramente diferente da questão de as suas premissas serem ou não realmente verdadeiras. O seguinte argumento é inteiramente construído com afirmações falsas, mas é dedutivamente válido:

1. Cristiano Ronaldo é o presidente de Portugal.
2. O presidente de Portugal é de Beja.

Logo,

3. Cristiano Ronaldo é de Beja.

O argumento é dedutivamente válido porque embora as suas premissas sejam falsas, se fossem verdadeiras a conclusão teria de ser verdadeira. Nem Deus, diria Tomás, poderia fazer que as premissas deste argumento fossem verdadeiras e a sua conclusão falsa, pois o poder de Deus só abrange o que é possível, e é uma impossibilidade absoluta Cristiano Ronaldo ser o presidente, o presidente ser de Beja e no entanto Cristiano Ronaldo não ser de Beja.

O argumento cosmológico (isto é, a sua primeira parte) é dedutivamente válido. Se as suas premissas forem verdadeiras, ou se o fossem, a sua conclusão terá de ser verdadeira. O nosso exemplo sobre Cristiano Ronaldo deixa claro, contudo, que o facto de um argumento ser dedutivamente válido é insuficiente para estabelecer a verdade da sua conclusão. O que mais se exige? Evidentemente, que saibamos ou tenhamos uma base racional para acreditar que as premissas são verdadeiras. Se sabemos que o argumento cosmológico é dedutivamente válido e podemos estabelecer que as suas premissas são verdadeiras, teremos assim provado que a sua conclusão é verdadeira. Será então que as premissas do argumento cosmológico são verdadeiras? Temos de passar agora a esta questão mais difícil.

### *O PRS e a primeira premissa*

À partida, a primeira premissa poderá parecer uma verdade óbvia ou mesmo trivial. Mas não é óbvia nem trivial. E se parece óbvia ou trivial, estamos forçosamente a confundir a ideia de um ser auto-existente com a ideia de um ser que não é dependente. É obviamente verdade que qualquer ser ou é dependente (explica-se por outras coisas) ou não é dependente (não se explica por outras coisas). Mas o que a nossa premissa afirma é que qualquer ser ou é dependente (explica-se por outras coisas) ou é auto-existente (explica-se por si próprio). Considere-se novamente os três casos de Anselmo:

- A. Explica-se por outro.
- B. Explica-se por nada.
- C. Explica-se por si próprio.

A nossa primeira premissa afirma que cada ser que existe (ou já existiu) ou pertence ao género *A* ou ao género *C*. Nega que haja seres do género *B*. E é esta negação que torna a primeira premissa simultaneamente importante e controversa. A verdade óbvia a não confundir com esta negação é a verdade de que todo o ser ou pertence ao género *A* ou não pertence ao género *A*. Embora seja verdade, isto nem é muito importante nem controverso.

Vimos que Anselmo adoptou como princípio fundamental a ideia de que para tudo o que existe há uma explicação da sua existência. Como este princípio fundamental nega que exista ou que tenha existido algo do género *B*, é óbvio que Anselmo aceitaria a primeira premissa do nosso argumento cosmológico. Os defensores setecentistas do

argumento estavam também convencidos da verdade do princípio fundamental atribuído a Anselmo. E porque estavam convencidos da sua verdade, aceitaram prontamente a primeira premissa do argumento cosmológico. Mas no século XVIII, o princípio fundamental de Anselmo foi mais amplamente elaborado e recebeu o nome *princípio da razão suficiente*. Uma vez que este princípio (doravante, PRS) desempenha um papel tão importante na justificação das premissas do argumento cosmológico, será útil ponderarmos nele um pouco, antes de continuarmos a nossa investigação da verdade ou falsidade das premissas do argumento cosmológico.

O PRS, como expresso por Leibniz e Clarke, é um princípio muito geral e compreende-se melhor se o decomusermos em duas partes. A primeira parte é simplesmente uma reposição do princípio de Anselmo, de que tem de haver uma explicação da *existência* de todo e qualquer ser. Assim, se encontrarmos um homem numa sala, o PRS implica que tem de haver uma explicação para o facto de esse homem particular existir. Um momento de reflexão, contudo, mostra que há muitos factos acerca do homem além do simples facto de existir. Há o facto de o homem em causa se encontrar presentemente naquela sala e não noutra lugar qualquer, o facto de estar de boa saúde e o facto de estar naquele momento a pensar em Paris e não, digamos, em Londres. O objectivo da segunda parte do PRS é exigir também uma explicação para estes factos. Podemos formular o PRS, portanto, como o princípio de que *tem de haver uma explicação a) da existência de todo e qualquer ser e b) de qualquer facto positivo, seja ele qual for*. Estamos agora em condições de estudar o papel que este princípio muito importante desempenha no argumento cosmológico.

Como o defensor do argumento cosmológico aceita as duas partes do PRS, é óbvio que apelará à primeira parte, PRSa, como justificação da primeira premissa do argumento cosmológico. Claro que podemos e devemos investigar a questão mais profunda de saber se o defensor do argumento tem uma justificação racional para aceitar o próprio PRS. Mas deixaremos esta questão de lado por enquanto. Temos de ver primeiro se o defensor do argumento tem razão ao pensar que se o PRS for verdadeiro, então ambas as premissas do argumento cosmológico serão verdadeiras. E acabámos de ver que se pelo menos a primeira parte do PRS — ou seja, PRSa — for verdadeira, a primeira premissa do argumento cosmológico será verdadeira. E quanto à segunda premissa? Por que razões pensa o defensor que esta tem de ser verdadeira?

### *A segunda premissa*

De acordo com a segunda premissa, nem todos os seres que existem podem depender de outros — isto é, nem todos podem dever a explicação da sua existência a outro ser ou seres. Supostamente, o defensor do argumento pensa que há algo de fundamentalmente errado na ideia de que todo o ser que existe depende de outros, que cada ser existente foi causado por outro ser que por sua vez foi causado por outro ser, e por aí em diante. Mas o que pensa ele ao certo que esteja errado nesta ideia? Para nos ajudar

a compreender o seu pensamento, vamos simplificar as coisas supondo que agora apenas existe uma coisa,  $A_1$ , talvez um ser vivo, cuja existência foi causada por outra coisa,  $A_2$ , que pereceu pouco depois de ter causado a existência de  $A_1$ . Suponha-se além disso que a existência de  $A_2$  foi causada de modo semelhante há algum tempo por  $A_3$  e a de  $A_3$  por  $A_4$ , e por aí fora em direcção ao passado. Cada um destes seres *depende* de outro; deve a sua existência ao objecto anterior da série. Se nada tivesse existido além destes seres, então o que a segunda premissa afirma não seria verdade. Pois se todo o ser que existe ou já existiu é um  $A$  e foi produzido por um  $A$  anterior, então todo o ser que existe ou já existiu dependeria de outro e, conseqüentemente, a premissa dois do argumento cosmológico seria falsa. Assim, se o defensor do argumento cosmológico tiver razão, tem de haver algo errado na ideia de que todo o ser que existe ou existiu é um  $A$  e que todos formam uma série causal:  $A_1$  causado por  $A_2$ ,  $A_2$  causado por  $A_3$ ,  $A_3$  causado por  $A_4$ ...  $A_n$  causado por  $A_{n+1}$ . Como se propõe o defensor do argumento cosmológico mostrar que há algo de errado nesta perspectiva?

Uma ideia popular mas incorrecta de como o defensor tenta mostrar que algo está errado nesta perspectiva, a perspectiva de que todo o ser pode depender de outro, é a de que a rejeita com o seguinte argumento:

1. Tem de haver um *primeiro* ser para iniciar qualquer série causal.
2. Se todo o ser fosse dependente não haveria um *primeiro* ser para iniciar a série causal.

Logo,

3. Nem todo o ser pode ser dependente.

Embora este argumento seja dedutivamente válido e a sua segunda premissa seja verdadeira, a sua primeira premissa ignora a possibilidade distinta de uma série causal *infinita*, sem qualquer primeiro membro. Assim, se regressarmos à nossa série de seres  $A$ , onde cada  $A$  depende de outro  $A$ , tendo sido produzido pelo  $A$  precedente na série causal, é óbvio que se a série existisse não teria um primeiro membro; para cada  $A$  na série haveria um  $A$  precedente que o produziu, *ad infinitum*. A primeira premissa do argumento apresentado pressupõe que uma série causal tem de parar num primeiro membro, algures no passado distante. Mas parece não haver uma boa razão para pressupor isto.

Os defensores setecentistas do argumento cosmológico reconheceram que a série causal de seres dependentes pode ser infinita, sem um primeiro membro para iniciar a série. Rejeitaram contudo a ideia de que todo o ser que existe ou que existiu depende de outro; não por nesse caso não haver um primeiro membro da série de seres dependentes, mas porque então o facto de haver e sempre ter havido seres dependentes não teria explicação. Para compreender o seu raciocínio, regressemos à nossa simplificação do pressuposto de que as únicas coisas que existem ou já existiram são seres dependentes. Na nossa simplificação desse pressuposto, apenas um dos seres dependentes

existe de cada vez, cada um perecendo à medida que produz o seguinte na série. Talvez a primeira coisa a observar acerca deste pressuposto seja não haver qualquer indivíduo  $A$  na série causal de seres dependentes cuja existência não se explica —  $A_1$  explica-se por  $A_2$ ,  $A_2$  por  $A_3$ , e  $A_n$  por  $A_{n+1}$ . De modo que primeira parte do PRS, PRSa, parece cumprir-se. Não há qualquer ser particular cuja existência careça de explicação. O que falta explicar, então, se todos os particulares  $A$  na série causal de seres dependentes têm uma explicação? Falta explicar a *própria série*. Ou, como optei por exprimir, o *facto de haver e sempre ter havido seres dependentes*. Suponha-se portanto que perguntamos por que razão existem e sempre existiram seres  $A$ . Não basta afirmar que sempre houve seres  $A$  a produzir outros  $A$  — não podemos explicar por que razão sempre houve seres  $A$  afirmando que sempre houve seres  $A$ . Tão-pouco, supondo que nunca existiram senão seres  $A$ , podemos explicar o facto de sempre ter havido  $A$  apelando a qualquer outra coisa que não seja um  $A$  — pois tal coisa nunca teria existido. Assim a suposição de que as únicas coisas que existem ou já existiram dependem de outras deixa-nos com um facto para o qual não pode haver explicação — nomeadamente, o facto de haver seres dependentes em vez de não haver.

### *Questionando a justificação da segunda premissa*

Os críticos do argumento cosmológico levantaram diversas objecções importantes à afirmação de que se todo o ser fosse dependente, a série ou colecção desses seres não teria explicação. A nossa compreensão do argumento cosmológico, bem como dos seus pontos fortes e fracos, será aprofundada por uma consideração cuidadosa destas críticas.

A primeira crítica é que o defensor do argumento cosmológico comete o erro de tratar a colecção ou série de seres dependentes como se ela própria fosse um ser dependente e, portanto, exigisse uma explicação da sua existência. Mas, segundo a objecção, a colecção de seres dependentes não é ela própria um ser dependente, do mesmo modo que uma colecção de selos não é ela própria um selo.

A segunda crítica é que o defensor comete o erro de inferir que, porque cada membro da colecção de seres dependentes tem uma causa, a própria colecção tem de ter uma causa. Mas, como Russell fez notar, tal raciocínio é tão falacioso como inferir que a espécie humana (isto é, a colecção de seres humanos) tem de ter uma mãe porque cada membro da colecção (cada ser humano) tem uma mãe.

A terceira crítica é que o defensor do argumento não percebe que haver uma explicação para uma colecção de coisas não é mais do que haver uma explicação para cada uma das coisas que formam a colecção. Dado que na colecção (ou série) infinita de seres dependentes, cada ser que a compõe tem de facto uma explicação — em virtude de ter sido causado por um membro precedente da colecção — a explicação da colecção, segundo a crítica, já foi dada. Como Hume comentou:

Consideraria bastante irrazoável, depois de lhe mostrar as causas particulares de cada indivíduo numa colecção de vinte partículas de matéria, que me perguntasse depois qual fora a causa da totalidade dos vinte. Isto foi satisfatoriamente explicado quando se explicou a causa das partes.<sup>2</sup>

Por fim, mesmo que o defensor do argumento cosmológico possa responder satisfatoriamente a estas objecções, tem ainda de enfrentar uma última objecção à sua engenhosa tentativa de justificar a segunda premissa do argumento cosmológico. Pois podemos concordar que se nada existe além de uma colecção infinita de seres dependentes, a existência da colecção infinita não tem explicação; mas ainda assim recusar-mo-nos a concluir daqui que há algo de errado na ideia de que todo o ser depende de outro. Poder-se-ia perguntar: por que razão devemos pensar que tudo tem de ter uma explicação? Que mal tem admitir que o facto de haver e sempre ter havido seres dependentes é um *facto bruto*, um facto sem qualquer explicação? Por que tem de haver uma explicação para tudo, afinal? Temos de ver agora o que se pode responder a estas diversas objecções.

### *Respostas às críticas*

É seguramente um erro pensar que uma colecção de selos é ela própria um selo e é muito provavelmente um erro pensar que a colecção de seres dependentes é ela própria um ser dependente. Mas o mero facto de pensar que tem de haver uma explicação não só para cada membro da colecção de seres dependentes mas para a própria colecção não dá ao defensor do argumento uma razão suficiente para concluir que tem de ver a própria colecção como um ser dependente. A colecção de seres humanos, por exemplo, não é seguramente ela própria um ser humano. Tendo admitido isto, contudo, podemos ainda assim procurar explicar por que há uma colecção de seres humanos, por que razão há coisas como seres humanos de todo em todo. Pelo que o mero facto de se exigir uma explicação para a colecção de seres dependentes não prova que quem pede a explicação tem de supor que a própria colecção é apenas mais um ser dependente.

A segunda crítica atribui o seguinte pedaço de raciocínio ao defensor do argumento cosmológico:

1. Todos os membros da colecção de seres dependentes têm uma causa ou explicação.

Logo,

2. A colecção de seres dependentes tem uma causa ou explicação.

Como vimos ao apresentar esta crítica, os argumentos deste género não são normalmente de confiança. Seria um erro concluir que uma colecção de objectos é leve

apenas porque cada objecto da colecção é leve, porquanto se a colecção contém muitos objectos, pode ser muito pesada. Por outro lado, se sabemos que cada berlinda pesa mais de 28 gramas, podemos inferir validamente que a colecção de berlindas pesa mais de 28 gramas. Felizmente, contudo, não temos de decidir se a inferência de 1 para 2 é válida ou inválida. Não precisamos de resolver esta questão porque o defensor do argumento cosmológico não precisa de usar esta inferência para estabelecer que a colecção de seres dependentes tem de ter uma explicação. Não precisa de usar esta inferência porque tem no PRS um princípio do qual se segue imediatamente que a colecção de seres dependentes tem uma causa ou explicação. Pois, segundo o PRS, todos os factos positivos têm de ter uma explicação. Se é um facto que existe uma colecção de seres dependentes, então, segundo o PRS, também esse facto tem de ter uma explicação. De maneira que é ao PRS que o defensor do argumento cosmológico apela ao concluir que a colecção de seres dependentes tem de ter uma explicação e não a uma inferência duvidosa a partir da premissa de que cada membro da colecção tem uma explicação. Parece então que nenhuma das primeiras críticas é suficientemente forte para levantar qualquer obstáculo sério ao raciocínio usado para sustentar a segunda premissa do argumento cosmológico.

A terceira objecção afirma que explicar a existência de uma colecção de coisas é o mesmo que explicar a existência de cada um dos seus membros. Se considerarmos uma colecção de seres dependentes na qual cada ser que consta na colecção se explica pelo membro precedente que o causou, é evidente que nenhum membro da colecção carecerá de uma explicação para a sua existência. Mas, segundo a crítica, se explicámos a existência de todos os membros de uma colecção, explicámos a existência da colecção — nada falta explicar. Esta crítica persuasiva, originalmente apresentada por David Hume, teve uma aceitação considerável no período moderno. Mas a crítica assenta num pressuposto que o defensor do argumento cosmológico não aceitaria. O pressuposto é que para explicar a existência de uma colecção de coisas *basta* explicar a existência de cada membro da colecção. Ver o que está errado neste pressuposto é compreender o que está em causa no raciocínio desenvolvido pelo defensor do argumento cosmológico para estabelecer que nem todo o ser pode ser dependente.

Para a existência da colecção de seres dependentes ter explicação, os defensores setecentistas teriam evidentemente de exigir que se satisfizesse as seguintes duas condições:

- C1. A existência de cada membro da colecção de seres dependentes tem uma explicação.
- C2. Há uma explicação da razão por que há *quaisquer* seres dependentes.

Segundo os defensores do argumento cosmológico, se todo o ser que existe ou já existiu é um ser dependente — isto é, se o todo da realidade consiste em nada mais do que uma colecção de seres dependentes — ter-se-á satisfeito C1, mas não C2. E como não se satisfaz C2, não há explicação para a colecção de seres dependentes. A terceira

crítica afirma, na verdade, que satisfazendo-se  $C_1$  satisfaz-se  $C_2$  e, como numa colecção de seres dependentes cada membro se explica por seja o que for que o tenha produzido, ter-se-á satisfeito  $C_1$ . Logo, ter-se-á satisfeito  $C_2$  e a colecção de seres dependentes terá uma explicação.

Embora seja uma questão complicada, considero possível ver-se que a terceira crítica assenta num erro: o erro de pensar que satisfazendo-se  $C_1$  se satisfaz forçosamente  $C_2$ . Trata-se de um erro natural, pois é fácil imaginar circunstâncias em que satisfazendo-se  $C_1$  se satisfaz também  $C_2$ . Suponha-se, por exemplo, que no todo da realidade se inclui não só uma colecção de seres dependentes mas também um ser auto-existente. Suponha-se além disso que em vez de cada ser dependente ter sido produzido por outro ser dependente qualquer, todo o ser dependente foi produzido pelo ser auto-existente. Por fim, considere-se simultaneamente a possibilidade de a colecção de seres dependentes ser temporalmente finita e ter um primeiro membro, e a possibilidade de a colecção de seres dependentes se prolongar infinitamente no passado, sem qualquer primeiro membro. Usando  $G$  para representar o ser auto-existente, pode-se esquematizar a primeira possibilidade do seguinte modo:

[INSERIR GRÁFICO DA PÁGINA 28]

Diremos que  $G$  sempre existiu e sempre existirá. Podemos pensar em  $d_1$  como um ser dependente que existe presentemente, e em  $d_2, d_3, \text{etc.}$ , como seres dependentes que existiram num dado momento do passado, e em  $d_n$  como o primeiro ser dependente a existir. Pode-se representar a segunda possibilidade do seguinte modo:

[INSERIR GRÁFICO DA PÁGINA 29]

Neste diagrama não há qualquer primeiro membro da colecção de seres dependentes. Cada membro da colecção infinita, porém, se explica por referência ao ser auto-existente  $G$ , que o produziu. O que é interessante em ambos os casos é que a explicação dada para os membros da colecção de seres dependentes traz em si, pelo menos parcialmente, uma resposta à questão de saber por que há de todo em todo seres dependentes. Em ambos os casos podemos explicar por que há seres dependentes indicando que há um ser auto-existente que se tem empenhado em produzi-los. Então, sabendo nós que a existência de cada membro da colecção de seres dependentes se explica pelo facto de  $G$  o ter produzido, ficámos a saber por que razão há seres dependentes.

Poder-se-ia objectar que não saberemos realmente por que há seres dependentes enquanto não soubermos *por que* razão  $G$  os tem produzido. Mas é óbvio que podíamos também afirmar que não explicámos realmente a existência de um ser dependente particular, por exemplo,  $d_3$ , enquanto não soubermos também não só que  $G$  o produziu, mas *por que* razão  $G$  o produziu. O que precisamos captar, contudo, é que ten-

do nós admitido que a existência de todos os seres dependentes se explica por *G*, temos de admitir que o facto de haver seres dependentes foi também explicado. Pelo que é natural pensar-se que explicar a existência dos membros da colecção de seres dependentes nada mais é do que explicar a existência dos seus membros. Pois, como vimos, explicar a existência da colecção é explicar a existência de cada membro e a razão por que há de todo em todo seres dependentes. E nos exemplos que considerámos, ao fazer a primeira (explicar por que cada ser dependente existe) fizemos já a segunda (explicar por que há de todo em todo seres dependentes). Temos agora de ver, contudo, que supondo que o todo da realidade consiste *apenas* numa colecção de seres dependentes, explicar a existência de cada membro não é o mesmo que explicar por que razão há seres dependentes.

Nos exemplos que considerámos, *saímos* da colecção de seres dependentes para explicar a existência dos membros. Mas se os únicos seres que existem ou já existiram são dependentes, então cada ser dependente será explicado por outro ser dependente qualquer, *ad infinitum*. Isto não significa que haverá um ser dependente particular cuja existência é inexplicada. Cada ser dependente tem uma explicação da sua existência — nomeadamente, no ser dependente que o precedeu e produziu. Pelo que se satisfaz *C*<sub>1</sub>: há uma explicação da existência de cada membro da colecção de seres dependentes. Voltando a *C*<sub>2</sub>, contudo, podemos ver que não será satisfeita. Não podemos explicar por que há (ou alguma vez houve) seres dependentes apelando a todos os membros de uma colecção infinita de seres dependentes. Pois se a questão a que se tem de responder é a de saber por que há de todo em todo seres dependentes (ou alguma vez houve), não podemos responder-lhe indicando que sempre houve seres dependentes, cada um dos quais explica a existência de outro ser dependente qualquer. Assim, supondo que todo o ser é dependente, parece que não haverá explicação da razão por que há seres dependentes. *C*<sub>2</sub> não será satisfeita. Logo, supondo que todo o ser é dependente, não haverá qualquer explicação para a existência da colecção de seres dependentes.

### *A verdade do PRS*

Chegamos agora à última crítica ao raciocínio que sustenta a segunda premissa do argumento cosmológico. Segundo esta crítica, admite-se que a suposição de que todo o ser é dependente implica que haverá um *facto bruto* no universo — isto é, um facto para o qual não pode haver qualquer explicação. Pois não haverá qualquer explicação para o facto de existir e sempre ter existido seres dependentes. É este facto bruto que os defensores do argumento descreviam ao chamar a atenção para que se todo o ser depende de outro, a existência *da própria* série ou colecção de seres dependentes carece de explicação. A última crítica pergunta que mal há em admitir que o universo contém tal facto bruto e ininteligível. Ao fazer esta pergunta o crítico desafia o princípio fundamental, PRS, em que assenta o argumento cosmológico. Pois, como vimos, a primeira premissa do argumento nega que exista um ser cuja existência não tenha

explicação. Para sustentar esta premissa o defensor apela à primeira parte do PRS. A segunda premissa do argumento afirma que nem todo o ser pode depender de outro. Para sustentar esta premissa o defensor apela à segunda parte do PRS, a parte que afirma ter de haver uma explicação para todo e qualquer facto positivo.

O defensor raciocina que se todo o ser dependesse de outros, então mesmo que se satisfizesse a primeira parte do PRS — todo o ser teria uma explicação — violar-se-ia a segunda parte: não haveria explicação para o facto positivo de haver e sempre ter havido seres dependentes. Em primeiro lugar, como todo o ser é supostamente dependente, nada haveria fora da colecção de seres dependentes para explicar a existência da colecção. Em segundo lugar, o facto de cada membro da colecção se explicar por outro ser dependente qualquer é insuficiente para explicar por que há e sempre houve seres dependentes. Por fim, nada há na colecção de seres dependentes que sugira que a própria colecção é auto-existente. Consequentemente, se todo o ser fosse dependente, o facto de haver e sempre ter havido seres dependentes não teria explicação. Mas isto viola a segunda parte do PRS. Pelo que a segunda premissa do argumento cosmológico tem de ser verdadeira: nem todo o ser pode ser dependente. Esta conclusão, contudo, não é melhor do que o princípio, PRS, em que assenta. E questionar a verdade do PRS é o que está em causa na última crítica. Por que, afinal, devemos aceitar a ideia de que todo o ser e todo o facto positivo têm de ter uma explicação? Por que, resumindo, devemos acreditar no PRS? Estas são questões importantes e qualquer juízo último do argumento cosmológico depende de como se lhes responde.

Na sua maioria, os teólogos e filósofos que aceitam o PRS tentaram defendê-lo de uma de duas maneiras. Alguns defenderam que se conhece (ou pode conhecer) a verdade do PRS *intuitivamente*. Querem com isto dizer que se compreendermos integralmente e reflectirmos no que o PRS afirma podemos ver que tem de ser verdadeiro. Sem dúvida que há afirmações cuja verdade se conhece intuitivamente. «Todos os triângulos têm exactamente três ângulos» ou «Nenhum objecto físico pode ocupar duas regiões diferentes do espaço ao mesmo tempo» são exemplos de afirmações cuja verdade podemos apreender compreendendo-as apenas e reflectindo nelas. A dificuldade de afirmar que se conhece a verdade do PRS intuitivamente, contudo, é que diversos filósofos bastante capazes não conseguem, após uma reflexão cuidada, apreender a sua verdade, e alguns desenvolveram argumentos sérios sustentando a conclusão de que o princípio é de facto falso.<sup>3</sup> É evidente, portanto, que nem todos os que reflectiram no PRS ficaram persuadidos da sua verdade e há quem esteja convencido de que há boas razões para pensar que é falso. Mas embora o facto de alguns pensadores capazes não conseguirem apreender a verdade do PRS, e de poderem mesmo argumentar que é falso, seja uma razão decisiva para pensar que o PRS não é uma verdade tão óbvia como, por exemplo, «Nenhum objecto físico pode ocupar duas regiões diferentes do espaço ao mesmo tempo», não basta para estabelecer que o PRS não é uma verdade de razão. Talvez nesta fase tudo o que se pode fazer seja reflectir cuidadosamente no que o PRS afirma e formar um juízo autónomo sobre se é uma verdade

fundamental acerca do modo como a realidade tem de ser. E se após reflectir cuidadosamente no PRS se tiver esta impressão, pode-se ter justificação racional para o considerar verdadeiro e, tendo visto que sustenta as premissas do argumento cosmológico, aceitar como verdadeira a conclusão deste argumento.

A segunda maneira pela qual os filósofos e os teólogos que aceitam o PRS procuraram defendê-lo é afirmando que embora se possa desconhecer a sua verdade, é ainda assim uma pressuposição da razão, um pressuposto fundamental que as pessoas racionais fazem, reflectam ou não o suficiente para estarem cientes desse pressuposto. É provavelmente verdade que há alguns pressupostos que todos fazemos acerca do mundo, pressupostos tão fundamentais que não estamos, maioritariamente, cientes deles. E suponho que seja talvez verdade que o PRS é um pressuposto deste género. Que relevância teria esta perspectiva do PRS para o argumento cosmológico? Talvez o principal a reter seja que mesmo que o PRS seja um pressuposto que todos partilhámos, as premissas do argumento cosmológico podem ainda assim ser falsas. Pois o próprio PRS pode ainda assim ser falso. O facto, se é que se trata de um facto, de todos *pressupomos* que todo o ser existente e todo o facto positivo têm uma explicação não implica que nenhum ser existe e nenhum facto positivo se verifica sem que qualquer deles tenha, respectivamente, uma explicação. A natureza não é obrigada a satisfazer os nossos pressupostos. Como em tempos comentou o filósofo americano William James a propósito de outro assunto: «Na grande hospedaria da natureza, raramente os bolos, a manteiga e o xarope ficam tão suaves e deixam os pratos tão limpos».

O nosso estudo da primeira parte do argumento cosmológico levou-nos ao princípio fundamental em que assentam as suas premissas, o princípio da razão suficiente. Vimos que excepto se o PRS nos parecer algo, depois de uma reflexão ponderada, de cuja verdade temos a certeza, não podemos razoavelmente afirmar saber que as premissas do argumento cosmológico são verdadeiras. Claro que podem ser verdadeiras. Mas a menos que saibamos que são verdadeiras, não podem servir-nos para *estabelecer* a conclusão de que há um ser cuja existência se explica pela sua própria natureza. Se contudo se mostrasse que embora não *saibamos* que o PRS é verdadeiro, todos *pressupomos*, não obstante, que o PRS é verdadeiro, então, quer o PRS seja ou não verdadeiro, para ser consistentes devemos aceitar o argumento cosmológico. Pois, como vimos, as suas premissas implicam a conclusão e parecem de facto seguir-se do PRS. Mas ninguém conseguiu ainda *mostrar* que o PRS é um pressuposto partilhado maioritariamente ou por todos. Pelo que a nossa conclusão final tem de ser que, à excepção dos que após uma reflexão ponderada concluem razoavelmente que o PRS é uma verdade fundamental de razão, o argumento cosmológico não nos dá uma boa base racional para acreditar que entre os seres que existem há um cuja existência se explica pela sua própria natureza. E uma vez que a concepção clássica de Deus é a de um ser cuja existência se explica pela sua própria natureza, além da excepção apontada, o argumento cosmológico é incapaz de nos dar uma boa base racional para acreditar que Deus existe.

## O argumento cosmológico *kalam*

---

Uma versão do argumento cosmológico que tem a sua origem na filosofia árabe tem sido também alvo de atenção na filosofia contemporânea da religião. Ao contrário da versão de Samuel Clarke, que admite a *possibilidade* de uma série interminável de acontecimentos que se prolongue infinitamente no passado, segundo o argumento *kalam* é impossível que exista um *infinito efectivo*. Se este aspecto do argumento *kalam* está correcto, então, como uma série efectiva de acontecimentos que se prolonga interminavelmente no passado seria um infinito efectivo, é impossível que exista tal série. Isto não significa que não pode haver uma série *potencialmente infinita*, uma série que em qualquer momento em que a consideramos é finita mas à qual se pode adicionar sucessivamente elementos *ad infinitum*. Pois tal série nunca seria *efectivamente* infinita. Mas por que razão se afirma que é impossível uma série *infinita efectiva* de acontecimentos que levam do passado ao presente? Considere-se tal série interminável de acontecimentos do passado. Suponha-se que cada um destes acontecimentos demora uma certa quantidade de tempo, por muito pequena que seja, a ocorrer. Por muito pouco tempo que cada acontecimento leve a ocorrer, afirma-se que dado não haver qualquer *primeiro acontecimento* na série de acontecimentos do passado, nunca se poderia chegar ao ponto onde estamos, o presente.

Se concedemos a impossibilidade de um infinito efectivo, podemos ter a certeza de que o nosso universo *teve um começo*. Pois se o nosso universo nunca teve um começo, então a série de acontecimentos em que consiste a sua existência temporal do passado constituiria um infinito efectivo. Contudo, a confiança que temos no facto de o nosso universo ter tido um começo não tem de se apoiar neste argumento filosófico; pois segundo as melhores estimativas da ciência actual o nosso universo teve de facto um começo. Começou a existir há cerca 14,5 mil milhões de anos, o planeta Terra há cerca de 4,5 mil milhões de anos e os seres vivos na Terra há cerca de 3,5 mil milhões de anos.

Podemos agora enunciar o primeiro passo do argumento cosmológico *kalam* do seguinte modo:

1. Se o nosso universo nunca teve um começo, ocorreu uma série infinita efectiva de acontecimentos.
2. Uma série infinita efectiva de acontecimentos no tempo é impossível.

Logo,

3. O nosso universo teve um começo.

O segundo passo do argumento *kalam* levanta a questão de o começo do nosso universo ter ou não uma causa. É importante ver que, segundo a ciência actual, o começo do nosso universo assinala também o começo do tempo.<sup>4</sup> Assim, não há simplesmente

qualquer momento no tempo *antes* do começo do nosso universo, qualquer momento prévio em que algo ou alguém pudesse agir de modo a causar o início do nosso universo. Isto significa que se o nosso universo tivesse uma causa, essa causa (qualquer que fosse) não podia ter causado o nosso universo, existindo num momento qualquer do tempo *antes* de o nosso universo existir, agindo então de maneira a causar a existência do nosso universo. Como poderia então a existência do nosso universo ter sido causada? Um eminente defensor do argumento cosmológico *kalam*, William Lane Craig, reparou que vários filósofos admitiram a *causalidade simultânea*. Craig cita um exemplo dado por Immanuel Kant: o assentar de uma bola pesada numa almofada ser a causa de uma concavidade nessa almofada. Craig conclui:

Parece não haver qualquer dificuldade conceptual em afirmar que a causa da origem do universo agiu simultaneamente (ou coincidentemente) ao originar do universo. Devíamos portanto afirmar que a causa da origem do universo é causalmente anterior ao Big Bang, embora não lhe seja temporalmente anterior.<sup>5</sup>

A ideia, portanto, é que o tempo começa com o começo do universo. A causa do universo, qualquer que seja, não é em si temporal, uma vez que se requer a sua existência para que o universo (e o tempo) comecem a existir. Que propriedades tem uma entidade intemporal de ter para causar intemporalmente a existência de um universo temporal, partindo do princípio de que a razão nos exige que suponhamos que o Big Bang tem de ter uma causa? Craig pensa que tal entidade teria as propriedades que constituem o Deus do teísmo tradicional: perfeita bondade, omnisciência e onnipotência. Permanece a questão de um ser ter realmente de ter ou não estas três propriedades para ser a causa intemporal do universo temporal. Presumivelmente, um ser com estas propriedades seria capaz de causar a existência do universo temporal. Mas ao inferir, a partir do que nos parece ter sido causado (o nosso universo), a natureza do ser que o causou, não podemos simplesmente pressupor que o ser tem propriedades que não são de modo algum necessárias para poder ser a causa do nosso universo. Um ser com poder e conhecimento suficientes para causar um universo temporal não tem de ter conhecimento absoluto de tudo o que é cognoscível (não tem de ser omnisciente). Tão-pouco tem de ser perfeitamente bom. Além disso, se olharmos para a qualidade de uma parte do que foi produzido, o único planeta no universo com que estamos familiarizados, dificilmente poderíamos pensar que a causa do nosso universo teria de ser moralmente perfeita. É muito difícil argumentar que um ser com poder e conhecimento suficientes, embora carecendo da perfeita bondade, seria incapaz de causar a existência do nosso universo. Esta objecção, contudo, não mostra que o argumento cosmológico *kalam* não pode desempenhar um papel importante na defesa do teísmo tradicional. Pois o argumento cosmológico, quer na forma tradicional apresentada por Clarke, quer na versão *kalam*, é apenas um de vários argumentos importantes a favor da existência do Deus teísta. Se o argumento *kalam* sustenta a existência

de um criador do universo, outro argumento qualquer pode sustentar a conclusão de que um criador seria moralmente perfeito. E tal como um ramo pode ser insuficiente para sustentar um objecto pesado embora um feixe de vários ramos seja suficiente, também os vários argumentos tomados em conjunto podem ser suficientes para sustentar a existência de um ser onisciente, onipotente, perfeitamente bom e criador do mundo.

## Revisão

---

1. Formule a primeira parte do argumento cosmológico e descreva o que se entende por um ser dependente e por um ser auto-existente.
2. Explique o que se entende por princípio da razão suficiente.
3. Descreva resumidamente as diversas objecções que se tem levantado contra o raciocínio usado para justificar a afirmação de que nem todo o ser pode ser dependente. Alguma dessas objecções é boa?
4. Como têm os filósofos procurado defender o princípio da razão suficiente?
5. Se não se conhece a verdade do princípio da razão suficiente, que conclusão devemos retirar quanto ao argumento cosmológico?

## Estudo complementar

---

1. Discuta a seguinte resposta ao argumento cosmológico:

Talvez possamos explicar a existência do mundo supondo que Deus existe e o criou. Mas resta-nos então a existência de Deus. Como vamos explicá-la? Se afirmamos que a existência de Deus não tem explicação, podemos afirmar a mesma coisa acerca do mundo. Se afirmamos que a existência de Deus se explica por si própria, podemos afirmar a mesma coisa acerca do mundo. Portanto, a hipótese mais simples é ou que o mundo não tem explicação ou que se explica a si próprio.

2. Na vida humana explicamos constantemente uma coisa através de outra, ainda que sejamos incapazes de explicar a segunda. Se, em todos os nossos assuntos práticos, as explicações têm de chegar a um fim, será que isso não mostra que o princípio da razão suficiente é falso, ou pelo menos que é uma ideia imprática? Discuta.

## Notas

---

1. S. Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, 1a, 2, 3, em *The Basic Writings of Saint Thomas Aquinas*, org. Anton C. Pegis (Nova Iorque: Random House, 1945).
2. David Hume, *Dialogues Concerning Natural Religion*, pt. IX, org. H. D. Aiken (Nova Iorque: Hafner Publishing Company, 1948), pp. 59–60. [*Diálogos Sobre a Religião Natural*, Edições 70, Lisboa, 2005.]

3. Para uma breve explicação de dois destes argumentos ver o prefácio do meu *The Cosmological Argument* (Nova Iorque: Fordham University Press, 1998).
4. Ver a famosa palestra de Stephen Hawking: «The Beginning of Time» em <http://www.hawking.org.uk/lectures/bot.html>.
5. «Creation and Big-Bang Cosmology», <http://www.leaderu.com/offices/billcraig/docs/creation.html>.